

O URBANO SUBORDINADO: o PAC nas favelas do Complexo do Alemão

Heitor Ney Mathias da Silva
IPPUR – UFRJ
hnms@ibest.com.br

Introdução

Iremos tratar neste artigo dos efeitos gerados no Complexo do Alemão pela subordinação do planejamento urbano a necessidade de manutenção das taxas de crescimento da economia. A subordinação estará descrita na relação entre o surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a crise da economia norte-americana de 2008 (crise do subprime).

O artigo se insere no campo do planejamento urbano ao tratar de intervenções urbanísticas no Complexo do Alemão, mas está relacionado diretamente à economia, mais precisamente a macroeconomia mundial, através da relação causa e efeito de uma crise no centro, economia norte-americana com a periferia, no caso o Brasil. O objeto é o PAC no Complexo do Alemão, onde a urgência de obras para manter o crescimento do PIB, se materializa como uma necessidade econômica, em detrimento de um melhor planejamento, o qual demandaria um tempo maior atrasando o início da intervenção, a tensão é resolvida em favor da urgência, ou seja, o planejamento urbano se subordina a economia. A contribuição do artigo é dar visibilidade aos efeitos negativos causados pelo não planejamento, especificamente analisando duas obras: o teleférico e o Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes.

O Complexo do Alemão

Iniciamos fazendo uma breve apresentação do local, devido ao fato de analisarmos equipamentos feitos pelo PAC do Complexo do Alemão. O lugar se situa no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, vide figura 1, a seguir. O Complexo do Alemão é formado pelo conjunto de treze favelas. O Complexo do Alemão é fronteiro com os bairros: Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha e Inhaúma, seu núcleo é o Morro do Alemão. Hoje é um bairro oficial, criado pela Lei Nº 2055 de 9 de dezembro de 1993. O bairro foi erguido sobre a Serra da Misericórdia. Sua formação é vertical, uma formação geológica de morros e nascentes.

Fig. 1: O Complexo do Alemão em relação à cidade

Fonte: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/mapasefotos/bairro_alemao.jpg

O título de bairro apaga diferenças que são fundamentais; para dar uma visão do que é o Complexo do Alemão utilizamos a tabela 1 e a figura 2, na tabela comparamos o bairro da Gávea com o Complexo do Alemão, o melhor e o pior IDH da cidade, lembrando que os dois bairros distam de, aproximadamente, 12 km, no entanto a diferença na expectativa de vida é de 16 anos.

Tabela 1: comparação Gávea x Complexo do Alemão.

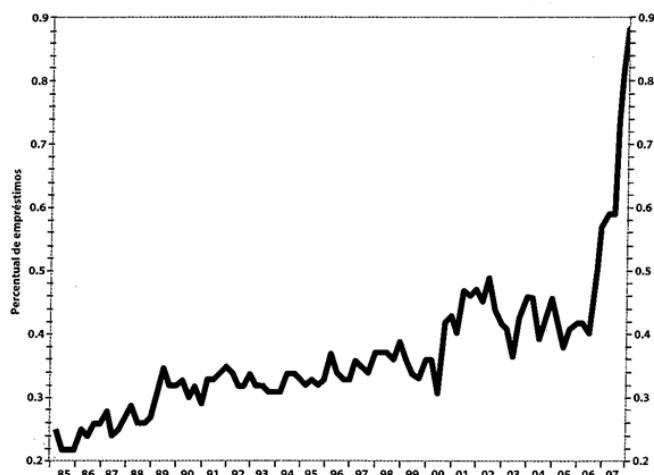
	GÁVEA	COMPLEXO DO ALEMÃO
POPULAÇÃO	17.475	69.143
DOMICÍLIOS	6.148	21.048
TX. DE OCUPAÇÃO (morador/domicílio)	2,84	3,29
FAVELAS	1	13
% ANALFABETOS (com mais de 25 anos)	2,20	14,22
RENDA PER CAPITA (R\$ de 2000)	2.139,56	177,31
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (anos)	80,45	64,79
% CRIANÇAS DO SEXO FEMININO (10 a 14 anos com filhos)	0,00	0,32
% ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO (15 a 17 anos com filhos)	0,00	11,37
RANKING DO IDH (cidade do Rio de Janeiro)	1	126

Fontes: site do Instituto Pereira Passos <http://www.rio.rj.gov.br/ipp> acesso em 20/03/08, <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.htm> [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1172_indice%20de%20desenvolvimento%20humano%20municipal%20\(idh\).XLS](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1172_indice%20de%20desenvolvimento%20humano%20municipal%20(idh).XLS) Acessos em: março, maio e julho de 2008. Todos os dados são referentes ao ano de 2010

Fig. 2: O Complexo do Alemão e subdivisões

Relações entre o Planejamento Urbano e a economia

Apontamos duas dimensões na relação entre o planejamento urbano e a economia que terão efeitos sobre a forma como o PAC se estabelece no Complexo do Alemão. A primeira é externa e trata das relações entre economia mundial, nacional e o PAC. A segunda é interna e trata da como foram escolhidas as áreas de intervenção dos PACs. Iniciamos pelos determinantes internacionais, a crise do subprime nos EUA, a seguir os efeitos dessa crise no resto do mundo, depois seus efeitos no Brasil e por fim o fato de o PAC ter sido concebido como uma forma de enfrentar essa conjuntura internacional desfavorável. Na dimensão externa, a crise do subprime foi detonada no dia 15 de set. de 2008, quando a Lehman-Brothers, uma das maiores corretoras dos EUA e do mundo pediu concordata, a gênese da crise está na concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, mesmo para aqueles sem histórico de crédito ou comprovada capacidade de pagamento – o chamado mercado "subprime", podemos observar este comportamento no gráfico 1. A alta contínua dos preços dos imóveis permitia aos mutuários obter novos empréstimos (hipotecas), sempre maiores, para liquidar os anteriores, em atraso, dando o mesmo imóvel como garantia. Quando os juros voltaram a subir no país e o preço das residências começou a desabar e a bolha estourou. As prestações saltaram e houve inadimplência em massa, com milhões de famílias devendo mais aos bancos do que valiam seus imóveis.

Gráfico 1: Financiamentos com casas como colateral nos EUA, início dos despejos, 1985-2007

Fonte: Harvey, 2011; p.12

O preço médio das residências chegou a cair cerca de 40%, cinco milhões de casas foram retomadas e a construção de novas unidades despencou, obrigando o governo a lançar um programa de mais de US\$ 30 bilhões para refinanciar contratos e ajudar os mutuários. A venda de imóveis usados, que atingiu o auge de 6,2 milhões de unidades em 2006, caiu para 4,2 milhões em 2011. No mesmo período, o número de moradias novas comercializadas passou de 1 milhão para 306 mil.

Duas ideias apresentadas no artigo podem causar estranheza: a primeira é que o Programa de Aceleração do Crescimento tendo sido lançado em 22 de janeiro de 2007¹ tendo por objetivo explícito o incentivo ao crescimento econômico do Brasil, sendo sua vigência o quadriênio 2007/2010², esteja relacionado a um evento que só ocorreu em set de 2008, ou seja, nove meses depois; a segunda é que uma crise norte-americana possa basear decisões de política econômica no Brasil.

Com relação à disparidade temporal, há que se levar em conta a natureza processual das crises econômicas. A crise do subprime já estava no horizonte, segundo Harvey (2011, p.10) entre 1998 e 2006, as perdas estimadas no mercado imobiliários e suas conexões eram entre 71 e 93 bilhões de dólares, portanto o ponto culminante era previsível.

¹Fonte: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/leia-o-discurso-de-lula-no-lancamento-do-pac/> Consulta em: 12 de set. de 2014.

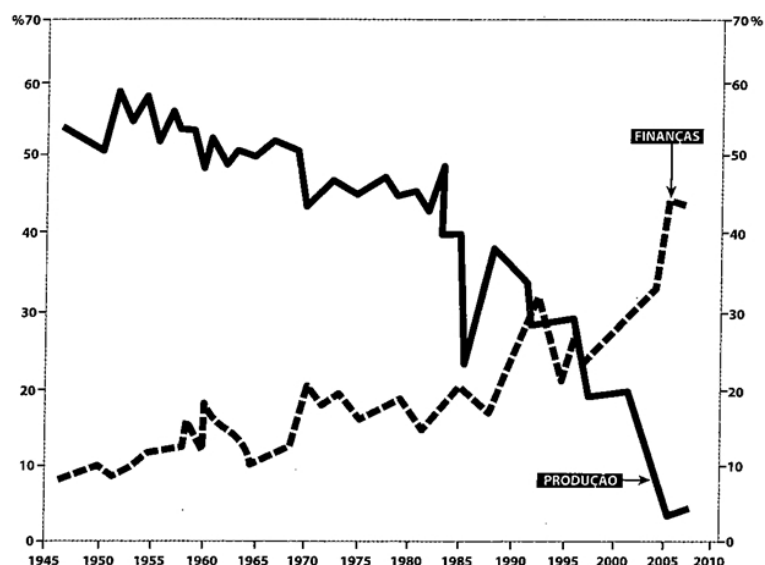
² As informações aqui apresentadas foram colhidas do sítio do Tribunal de Contas da União (TCU), a escolha deste órgão deve-se ao fato de ser ele o responsável pela auditoria das obras.

Quanto ao segundo, a capacidade de contaminação de outras economias pela crise do subprime, chamamos atenção de que é evidente que nem todo este prejuízo era do setor de construção civil, na modalidade habitação, ou seja, precisamos investigar a forma como uma crise setorial tornou-se geral nos EUA, para isso é necessário compreender a inter-relação ampliada entre os setores da economia decorrentes da introdução dos mecanismos financeiros criados ao final do século XX, os quais geram um ambiente que hoje é conhecido como “financerização da riqueza”, esses mecanismos surgem como operações de redução dos riscos embutidos nas operações de quem emite o título, o efeito é que empresas com menores riscos podem assumir maior número de transações. Olhando pelo lado de quem compra o papel ele resulta em ganhos financeiros. Como lembra Minsky (1982) a evolução de uma situação financeira robusta para frágil não ocorre automaticamente. As fontes da mudança podem ter a ver com oportunidades de lucros franqueados a inovadores financeiros a partir de uma série de regras e instituições. Robert Guttman (2008), de forma bem resumida esclarece sobre as mudanças no capitalismo do final do sec. XX

(...) o capitalismo dirigido pelas finanças tem dado prioridade ao capital fictício, cujos novos condutos, com derivativos ou valores mobiliários lastreados em ativos, estão a vários níveis de distância de qualquer atividade econômica real de criação de valor. Nessa esfera, o objetivo principal é negociar ativos de forma lucrativa para obter ganhos de capital, uma atividade melhor definida pelo termo especulação. As finanças foram profundamente transformadas por uma combinação de desregulamentação, globalização e informatização. Este impulso triplo transformou um sistema financeiro estritamente controlado, organizado em âmbito nacional e centrado em bancos comerciais (que recebem depósitos e fazem empréstimos), em um sistema auto-regulamentado, de âmbito global e centrado em bancos de investimento (corretagem, negociações e underwriting [lançamento de ações com subscrição pública com intermediário] e valores mobiliários). A preferência por mercados financeiros em vez de finanças indiretas utilizando bancos comerciais foi em grande parte facilitada pelo surgimento de fundos (fundos de pensão, fundos mútuos e, mais recentemente, fundos de hedge e de participações) como compradores chave nesses mercados.

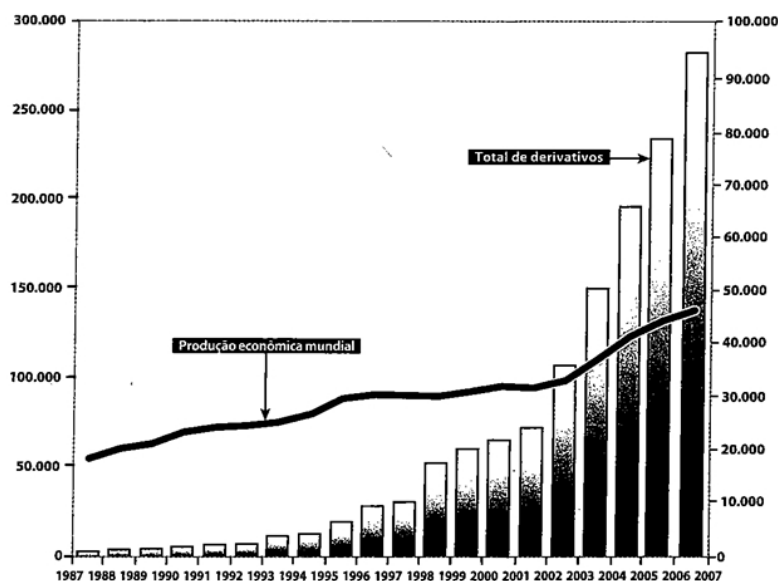
Como ilustração dos efeitos deletérios da financeirização mostramos, no gráfico 2 a seguir, que as inovações permitiram ao componente financeiro do lucro das empresas se tornar mais importante do que a própria venda de produtos nos EUA.

A financeirização não se restringe aos Estados Unidos da América é um fenômeno mundial, como podemos ver no gráfico 3, a seguir.

Gráfico 2: O revés da origem dos lucros corporativos nos EUA, 1950-2004

Fonte: Harvey, 2011; p. 27

Cabe ressaltar que as implantações destes mecanismos só foram possíveis quando a regulamentação estatal foi reduzida, as condições políticas para essa desregulamentação estão relacionadas à redução dos ritmos de crescimento das economias centrais a partir dos anos 70 do século XX, que permitiram o retorno de políticas liberais (neoliberalismo).

Gráfico 3: Flutuação do mercado de derivativos em relação à produção econômica mundial

Fonte: Harvey, 2011; p.27

Para explicar a articulação entre mecanismos sofisticados de finanças, tais como, os derivativos e a ampliação das crises econômicas lembramos que os derivativos se baseiam em expectativas futuras de lucros, em operações que nada tem a ver com as empresas ou famílias detentoras destes títulos, quando ocorre a queda dos preços no caso dos investidores temos efeitos sobre a capacidade de poupança e por conta do pessimismo com relação ao futuro teríamos um efeito indireto nas expectativas de lucros vindouros. Do lado da economia real a redução dos investimentos, repercute na demanda através da redução dos empregos no setor de bens de capitais³ e com a redução dos empregos entre os produtores de bens de consumo⁴. O transbordamento da crise da economia americana para a economia global se deu pela redução dos recursos disponíveis para investimento que em um mercado globalizado acabavam, em parte, indo para o resto do mundo e no lado real da economia pela redução das importações dos EUA e das exportações do resto do mundo para a América do Norte.

Podemos citar de 1990 a 2001, quatro crises⁵ econômicas de grande extensão, então nos cabe esclarecer porque está teve maior capacidade de contaminar outras economias. Ser uma crise no setor imobiliário dá sentido à sua extensão, pois os investimentos no espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado, devido ao longo prazo do financiamento, além disso, como o excesso de investimento demora muito para ser constituído e, portanto para ser percebido pelos investidores ele toma proporções maiores do que em outros setores e o estoque formado demanda um longo tempo para se desfazer.

Quanto à capacidade de contaminação da economia brasileira pela crise norte-americana indicamos que o transbordamento da crise já estava inscrito nos índices no início de 2009, países com modelos de industrialização baseados em exportações, especialmente bem sucedidos no Leste e Sudeste da Ásia, tais como: Taiwan, China, Coreia do Sul e Japão viram suas exportações caírem em 20%, ou mais em apenas dois meses. O comércio global se retraiu em um terço, criando tensões em economias exportadoras, tais como: Brasil e Alemanha. A queda do preço do petróleo trouxe problemas para os grandes exportadores, tais como: Rússia, Venezuela e países do Golfo da Arábia.

³ Bem de capital são as máquinas e equipamentos, bens que produzem outros bens;

⁴ Bem de consumo são os utilizados na “reprodução da força de trabalho”: alimentação, roupas...

⁵ 1997- 1998 crise asiática no Leste e Sudeste desse continente, moratória da Rússia em 1998; Argentina em 2001; WorldCom e Enron nos EUA em 2001

O FMI na primavera de 2008 estimou a perda global de ativos em 50 trilhões de dólares, o equivalente ao valor total da produção mundial de bens e serviços durante um ano. O FED (equivalente nos EUA ao nosso Banco Central) estimou em 11 trilhões de dólares a perda de valor dos ativos das famílias americanas apenas em 2008.

Os formuladores brasileiros de políticas econômicas, diante da crise dos EUA apresentam soluções que podem ser sintetizadas em dois polos antagônicos: no primeiro defendia a redução da produção, o que evitaria que os bens produzidos não encontrassem comprador, compensando a parcela perdida pelas exportações no produto nacional, a forma tradicional de atingir esse objetivo é através do aumento da taxa de juros, o problema nessa solução é o custo social advindo do desemprego, a segunda alternativa era compensar a parcela perdida pelas exportações no produto nacional por aumento da demanda interna. O debate entre as duas visões no Brasil poderia ser visto por várias representações por trás das posições, por exemplo: banqueiros a favor da primeira alternativa e industriais e centrais sindicais pela segunda, PSDB pela primeira e PT pela segunda e neoliberais pela primeira e desenvolvimentistas pela segunda. O presidente Lula já em final do seu segundo mandato optou por manter a demanda agregada.

A primeira tentativa de superação da crise foi através da redução da taxa de juros dos títulos da dívida pública⁶ esta iniciativa teve um alcance muito menor do que o esperado, pois diante de uma crise os banqueiros preferem reter moeda por motivo precaução a correm os riscos de investimentos em cenários instáveis. Como em nossa economia não há mecanismo que obrigue os bancos a emprestarem os recursos com eles depositados, a taxa de juros caiu em proporção bem menor do que a queda das taxas de juros nos títulos da dívida pública.

Com o fim dessa doce ilusão, o governo adota a tática de exigir redução das taxas de juros das entidades financeiras por ele controladas: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, prevendo que a concorrência, forçaria os bancos privados a seguirem na mesma direção, porém já mais desconfiado da eficácia de medidas de cunho monetário resolveu agir também no lado real da economia. No consumo atuou reduzindo o IPI para acelerar a demanda e escolheu como setores privilegiados: eletrodomésticos, veículos e material de construção. No investimento buscou superar a redução dos investimentos decorrente das

6

expectativas negativas dos empresários, para tanto criou um programa de investimentos governamentais o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para a conexão com o Complexo do Alemão cabe esclarecer o porquê da ênfase na construção civil dentro do PAC, a resposta tem dois motivos: primeiro, pela necessidade de criação ou melhoria da infraestrutura nacional, segundo pela característica da construção civil de ser um dos setores que tem uma das melhores relações capital empregado x empregos gerados. Outra vertente ser a indústria que mais gera empregos para trabalhadores com baixa qualificação, sendo este um dos motivos porque o setor historicamente sempre foi um dos escolhidos nas políticas anticíclicas em todo o mundo.

Como conclusão desse ponto, há em sua gênese uma relação entre o PAC e a crise da primeira década do século XXI do capitalismo globalizado.

A escolha das áreas do PAC na cidade do Rio de Janeiro

A seguir tratamos da forma como foram escolhidas as áreas para os PACs em favelas no Rio de Janeiro. A partir do que presenciamos na escolha da favela de Manguinhos por indução apontamos o que provavelmente aconteceu no Complexo do Alemão, no entanto há um descasamento entre o que afirmamos e o que os técnicos do governo afirmam como o surgimento do PAC, portanto apresentamos as duas versões.

História real do PAC no Estado do Rio de Janeiro

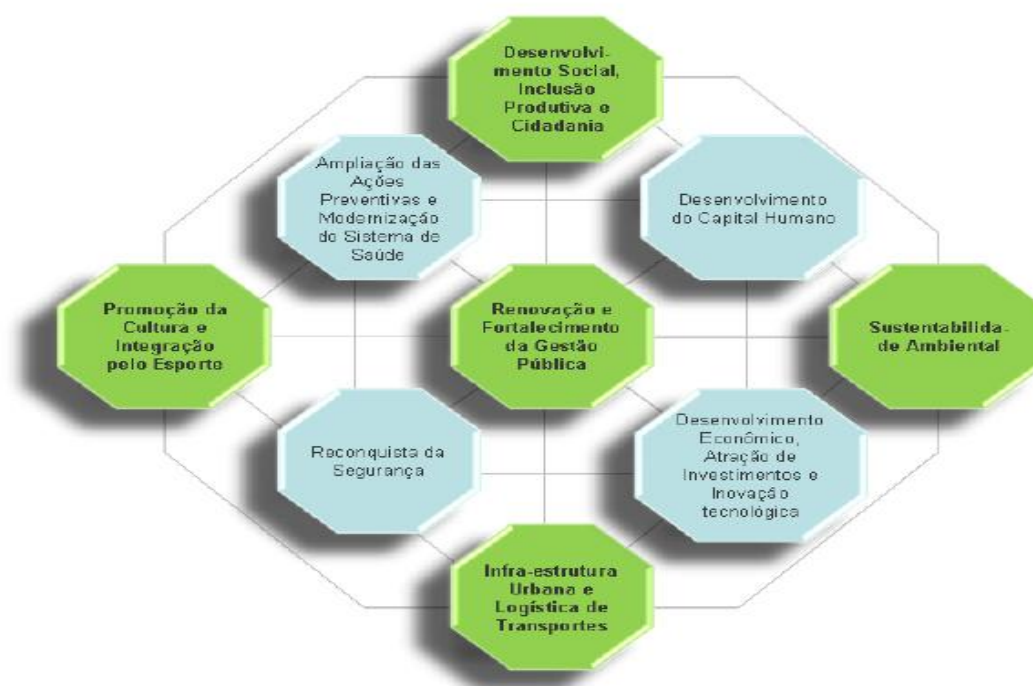
No primeiro semestre de 2007, trabalhávamos no Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) quando fomos informados pela Presidente do órgão Sra. Celia Ravera, dos fatos que descrevo. Houve uma reunião em Brasília entre o Ministro da Casa Civil e o Governador Sergio Cabral em que o governo estadual soube da decisão de trazer obras do PAC para o estado e da escolha da Rocinha como alvo, porém o volume de recursos permitia outras intervenções que poderiam ser sugeridas pelo estado. Ao retornar o governador convoca alguns secretários e pede sugestões, a seguir o Secretário de Habitação desse período, o Sr. Noel de Carvalho convoca os órgãos de sua pasta para desenvolver propostas. A presidente do ITERJ ciente de que o autor, na época, pesquisava a região de Jacaré, Jacarezinho e Manguinhos, pesquisa que resultou na dissertação de Mestrado defendida no

IPPUR/UFRJ⁷ o questiona se nessa região não haveria possibilidade de uma intervenção. Preparamos um despacho que mostrava a pertinência e os baixos custos da intervenção em Manguinhos, pois os terrenos para a intervenção já eram de propriedade do governo federal e estadual. A sugestão foi acatada e os técnicos da Secretaria de Habitação junto com a EMOP começaram a “desenhar” as intervenções.

Versão oficial do surgimento do PAC

Utilizamos como fonte para a versão oficial o trabalho de Jesus e Pacheco (2009), o consideramos uma versão oficial, pois os dois são técnicos da Secretaria de Planejamento do estado do Rio de Janeiro e este trabalho foi apresentado no Congresso Internacional de Administração de 2009, como exemplo de aplicação correta das ferramentas do Planejamento Estratégico pelo governo estadual. Na pág. 10 aparece a informação de que após exaustivo processo que envolvia ouvir os órgãos, definir prioridades e estratégias foram assinalados os seguintes resultados esperados, vide figura 3.

Figura 3: Áreas prioritárias apontadas no Plano Estratégico do Gov. do estado do RJ



Fonte: Jesus e Pacheco, 2009

⁷ As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/704570.pdf>

Dentro dos instrumentos para alcançar as áreas prioritárias o PAC é privilegiado, ou seja, teria sido definido dentro de um processo metódico de planejamento estratégico como podemos ver no trecho abaixo:

Os projetos estratégicos foram divididos em três grandes grupos de projetos, conforme consta na Figura abaixo: os estruturantes, os prioritários e os de apoio a grandes empreendimentos. Esta divisão estabelece uma diferença entre os projetos que contarão com recursos externos do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, do Governo Federal, que são os estruturantes; aqueles que contarão majoritariamente com recursos oriundos do próprio Estado, os prioritários; e, por fim, aqueles que darão suporte à execução de grandes investimentos no Estado do Rio de Janeiro. Todos estes projetos foram previstos para execução em um mandato de quatro anos de Governo, exceto os de apoio a grandes empreendimentos, que trabalham com um horizonte de 2015, haja vista a complexidade dos empreendimentos a serem desenvolvidos. Cabe ressaltar, ainda, que cada Secretaria de Estado possui pelo menos um projeto alocado dentre os projetos estratégicos. Esta divisão também se refletiu nos processos de monitoramento. Os projetos estratégicos estruturantes seriam monitorados pela Secretaria da Casa Civil, os estratégicos prioritários pela Secretaria de Planejamento e os estratégicos de apoio a grandes empreendimentos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. (Jesus e Pacheco, 2009).

Quando fizemos entrevistas, ainda não consolidadas, o resultado preliminar aponta que as maiores preocupações dos moradores eram: emprego e saneamento, no entanto a obra mais custosa e emblemática é o teleférico. Cabe ressaltar que em Manguinhos a obra símbolo, e também a mais custosa, é a elevação da via férrea, demonstrando que o PAC, pelo menos na Zona da Leopoldina, do qual o Complexo do Alemão e Manguinhos fazem parte, teve predileção por obras de grande impacto visual.

Teleférico

Para embasar a afirmação de que esta é a obra símbolo do PAC no Complexo do Alemão citamos o discurso da presidente⁸ da República Dilma Rousseff que na inauguração disse que “o teleférico ligando o complexo de favelas é um símbolo do PAC e um milagre social”. Foi inspirado no modelo colombiano da cidade de Medellín (INAE, 2013) e inaugurado em julho de 2011. A obra custou 210 milhões de reais, de um total de 725 milhões, ou seja, o teleférico foi responsável por, aproximadamente, 29% do que foi gasto no PAC do Complexo do Alemão e deslocou na sua realização 2,5 mil famílias⁹.

Tabela 2: Características técnicas do teleférico do Complexo do Alemão

⁸ Segundo a gramática de Evanildo Bechara, os substantivos e adjetivos terminados em ente não são flexionados em gênero, por isso não utilizamos presidenta.

⁹ Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/construido-por-r-210-mi-teleferico-do-alemao-custa-r-670-ao-rio/n1597668033588.html> Consulta em out. de 2014.

Percurso	2,9 km
Capacidade máxima	3mil usuários/hora
Número de cabines	175
Cabine	10 passageiros (8 sentados e 2 em pé)
Sistema operacional	Integração com a SUPERVIA (bilhete único)
6 Estações	A terminal (Bonsucesso) é integrado a via férrea
Duração do trajeto	19 minutos
Intervalo entre cabines	12 segundos
Funcionamento	Segunda a sexta: das 6h às 21h Sábados, domingos e feriados: das 8h às 20h
Preço da passagem	1 real para moradores cadastrados

Fonte: Sítio da University of British Columbia http://www.chs.ubc.ca/consortia/events/E-20080916/GovernoRJ-Complexo_do_Alemao.pdf Acesso 01/04/2014

Em abril de 2012, o teleférico do Complexo do Alemão transportava 10 mil passageiros/dia e a passagem social custava (não foi alterada) 1 real, e atingia 55% dos usuários. De custos fixos com pessoal tínhamos: 200 funcionários, sendo 130 funcionários próprios e 70 terceirizados, o que representava um funcionário para cada 50 usuários. Como comparação, um ônibus em cada viagem, se todos fossem sentados transportaria 50 usuários, tendo apenas motorista, cobrador e sejam generosos, vamos admitir que houvesse um mecânico para cada ônibus, totalizando 3 funcionários. Cabe ressaltar que se o ônibus fizer uma viagem a cada hora, em uma jornada de 8 teremos 3 funcionários transportando 400 passageiros. Não tivemos condições de levantar os custos de manutenção do sistema, mas é plausível supor que seja alto, devido à característica de cabos aéreos. O resultado é que o custo real de cada passagem no teleférico é de R\$ 6,70, sendo assim o estado do Rio de Janeiro tem que repassar 2 milhões de reais por mês, ou 24 milhões de reais por ano para a operadora a SUPERVIA, para cobrir a diferença entre arrecadação e custos. O custo de R\$ 6,70 corresponde a 2,4 vezes o preço da passagem do ônibus municipal no Rio (R\$ 2,75), 2,3 vezes o valor do trem (R\$ 2,90) da mesma Supervia e 2,2 vezes a do metrô (R\$ 3,10) que percorrem caminhos mais longos. Na atual taxa de ocupação, ainda que todos os clientes fizessem viagens só de ida (o normal é o percurso de ida e volta) e fossem moradores dos complexos do Alemão e da Penha, o equipamento de transporte sobre cabos atenderia a apenas 11% da população da região – 94.684 pessoas, de acordo com o IBGE. A estimativa oficial era de que 70% dos moradores dos dois complexos (Alemão e da Penha) utilizassem este transporte.

A conclusão óbvia é que o sistema é oneroso aos cofres públicos e não atende a maioria da população. Uma explicação para a baixa taxa de utilização está relacionada aos moradores das partes baixas, preferirem o transporte por vans, mototáxis e ônibus para não terem que subir até as estações. Outra razão que levantamos nas entrevistas é o medo de alguns moradores de serem atingidos dentro das gondolas durante os tiroteios do local. Cabe a pergunta porque o estado errou de maneira tão grosseira na demanda do teleférico? Parece claro que foi utilizado no cálculo o total da população, não levando em conta que os moradores da parte baixa iriam preferir outros meios de transporte.

Para finalizar este ponto temos a fala de um ativista de uma das principais entidades locais o Raizes em Movimento o Sr. Alan Brum em diálogo com outro morador o Sr. David :Amen:

As decisões em relação ao PAC não levaram em conta a participação comunitária. O governo acabou agindo a partir do seu ponto de vista e não do ponto de vista da comunidade. Os planos elaborados, em sua maioria, não refletem as necessidades dos moradores, como o saneamento básico. O PAC contemplava obras neste sentido, mas, nem 1/3 foi feito. Para os moradores, o teleférico, considerado “símbolo social” do PAC no Alemão, não é uma necessidade da comunidade.

Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes

O Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes¹⁰ é uma escola de ensino médio de referências (EEMR) e fica na Estrada do Itararé 690, vide características físicas na Tab. 3 e na Fig. 2. Como o colégio Tim Lopes tem uma estrutura e localização exemplares e possui o título de “escola de referência” era plausível esperar que fosse capaz de apontar caminhos às outras escolas do lugar para a superação desta defasagem.

Tab 3: Características da EEMR Tim Lopes

Área construída	5.960 m ² ;
Capacidade	1.440 alunos
Salas de aula	12
Salas de informática	02 (com 30 computadores cada)
Atividades especiais	Artísticas (música, capoeira e teatro)
Atividades especiais	Esportivas (futebol, vôlei e basquete)
Salas especiais	Suporte médico e odontológico,

¹⁰ Código INEP 33140669

Salas especiais	01 apoio audiovisual
Salas especiais	01 biblioteca
Salas especiais	02 de estudos dirigidos
Salas especiais	01 Grêmio Estudantil
Laboratório	Ciências
Laboratório	Idiomas
Auditório	310 pessoas;
Funcionários	100
Matriculados (2013)	940 (882 ensino médio e 58 EJA)
Alimentação	Sim
Quadra coberta e piscina Olímpica	Sim
Computadores para uso dos alunos	16



Fig 4: Escola Jornalista Tim Lopes (frente)

Para avaliarmos o impacto dessa escola que inegavelmente é bem equipada chamamos a atenção para alguns aspectos. O primeiro deles são as reprovações na Tab.4. a seguir, constatamos que no ano de 2009 praticamente um em cada quatro jovens foi reprovado no primeiro ano e no total ao longo dos três anos 61 alunos abandonaram o colégio.

Tab 4: CE Jornalista Tim Lopes entre 2009 e 2012, aprovações, reprovações e abandonos

1º ano EM	24,7%; 107 reprovações	6,2%; 27 abandonos	69,1%; 299 aprovações
2º ano EM	10,8%; 32 reprovações	9,1%; 27 abandonos	80,1%; 234 aprovações
3º ano EM	6,6%; 8 reprovações	5,7%; 7 abandonos	87,7%; 100 aprovações

Fonte: Censo Escolar 2012, INEP

As reprovações caem mais da metade no segundo ano o que nos indica carências no ensino fundamental que indicam carências educacionais das escolas fundamentais locais, que confirmamos utilizando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹¹ na Tabela 5 para comparar escolas locais com escolas modelos uma federal e a outra estadual os Colégios de Aplicação da UFRJ e da UERJ. Em um índice que varia de zero a dez as escolas locais variam, aproximadamente, ente 2,5 e 4,5 e as escolas modelos variam entre 6,7 e 7,6; acrescentamos à análise que a média Brasil apresentada é de 5,212 para os anos iniciais do ensino fundamental e de 4,2 para os anos finais do ensino fundamental. A comparação deixa clara a defasagem na qualidade do ensino no Complexo do Alemão, ou seja, não ocorreu melhoras na qualidade do ensino no lugar a partir da instalação da escola “filha do PAC”.

Tabela 5: IDEB das escolas locais e escolas com melhor IDEB no estado, 2005 a 2013

		IDEB observado					
Locais	Séries	Escola	2005	2007	2009	2011	2013
		4a./ 5a. serie	CAIC THEOPHILO DE SOUZA PINTO	3.4	3.9		
	8a. /9a. serie	CAIC THEOPHILO DE SOUZA PINTO	2.5		3.1	2.6	2.6
Externas	4a./ 5a. serie	CIEP CORONEL SARMENTO	3.5	3.7	4.1	4.7	4.6
	4a./ 5a. serie	CIEP MAESTRO FRANCISCO MIGNONE	3.4	4.2	4.6	4.5	4.8
	4a./ 5a. serie	E. M. WALT DISNEY			4.0	4.9	***
	4a./ 5a. serie	E. M. PADRE MANUEL DA NOBREGA	3.9	4.5	3.8	4.3	4.5
	8a. /9a. serie	E.M. PADRE MANUEL DA NOBREGA	3.7	4.3	2.5	4.4	2.9
	4a./ 5a. serie	CAP-UERJ	6.7	7.2	7.5		7.6
	8a. /9a. serie	CAP-UERJ	7.0	6.7	6.6		6.9

¹¹ O IDEB é um indicador geral da educação nas redes privada e pública. Foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e leva em conta dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho na Prova Brasil, em uma escala de 0 a 10.

¹² Fonte: Site G1 <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/ideb-fica-abaixo-de-meta-no-ciclo-final-do-ensino-fundamental-e-no-medio.html>. Consulta em out. 2014

	4a./ 5a. serie	CAP-UFRJ	6.7	6.9	7.1	7.5	6.9
	8a. /9a. serie	CAP-UFRJ	7.3	7.1	6.2	6.9	6.7

Fonte: INEP <http://ideb.inep.gov.br/> Consulta em out. 2014.

Conclusão

O relativo fracasso da escola de referência, apesar das instalações remete para a observação de que os resultados precisam mais do que equipamentos. Um acontecimento do dia 17 de outubro de 2014 às 15 horas, esclarece algumas das condições locais que determinam os resultados. O ilustramos com a foto, a seguir, enviada por um dos dirigentes do Grêmio estudantil que mostra o cotidiano que irrompe por dentro da bela estrutura do Tim Lopes.



Não podemos entender a utilização de uma estrutura tão grande em uma área pobre apenas como educação, ela pode e deve ter outros significados para a população local,

sendo assim investigamos a apropriação do espaço pelos moradores. Um dos professores disse que a única atividade externa que acontece no colégio é uma roda de capoeira, no entanto frequentamos o local durante estes três anos e soubemos de vários eventos que utilizavam o auditório, lembrando que o Complexo não dispõe de um teatro.

Nas entrevistas com os professores soubemos de uma dificuldade decorrente da instalação da piscina na escola. No projeto original ela que fica entre o colégio e um dos conjuntos habitacionais feitos pelo PAC seria de utilização dos moradores e dos alunos, no entanto apesar da discordância da direção da escola foi cercada incorporando a piscina no colégio. O resultado de tal prática é que no verão nos horários e dias em que a escola está fechada os moradores invadem a piscina e de tanto subirem na grade para entrar a mesma já cedeu várias vezes. A direção queria que houvesse aulas de natação também para quem não é aluno, inclusive isso foi apresentado aos moradores do conjunto, os professores trabalharam dias na proposta, mas a Secretaria de Educação não levou a frente. Um morador do conjunto perguntado a respeito em uma conversa durante um forró, afirmou: “A piscina é uma afronta um sol de rachar. Existia a possibilidade eles nos prometeram da piscina ser do conjunto depois ficou na escola. Estava no projeto com escola de natação para jovens, idosos, era hidroginástica e nos finais de semana para a população então” e deu uma risada. O resultado trágico desse descaso explode nas manchetes dos jornais do dia 20/11/2014:

Um menino de 9 anos morreu afogado, na tarde desta quinta-feira, após bater com a cabeça dentro da piscina do Colégio estadual Jornalista Tim Lopes, na Estrada do Itararé, no Complexo do Alemão. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria estadual de Educação, por ser feriado, a unidade estava fechada, mas foi invadida por um grande grupo de crianças e adolescentes da região. Ainda de acordo com a secretaria, o garoto não era aluno da escola. O acidente teria acontecido por volta das 15h. O menino chegou a ser levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Alemão, mas não resistiu. Segundo moradores do complexo, ele vivia no galpão da antiga fábrica de plástico Tuffy Habib, em Bonsucesso, invadido em março. O lugar se transformou numa nova comunidade. **Fonte:** <http://oglobo.globo.com/rio/menino-morre-afogado-em-piscina-de-escola-no-complexo-do-alemao-14619315#ixzz3KwMsLl28>

Esse episódio nos remete a Hannah Arendt (1999) com o seu conceito de banalidade do mal, onde o cumprimento de regras burocráticas absurdas se sobrepõem aos cuidados com a vida.

Quanto a qualidade dos equipamentos disponíveis tanto professores como alunos disseram que a escola é bem equipada, todas as salas têm ar-condicionado, e que a biblioteca é de razoável para boa, um deles disse que não é possível comparar com a escola da Chatuba

(Baixada Fluminense) em que trabalhava, mas acrescentou que: “A tecnologia cumpre um papel fundamental, mas da maneira que está sendo colocada é perfumaria”. Ressaltou a falta de preparação adequada para utilização dos recursos pelos professores citou a necessidade de: “Curso de utilização de novas tecnologias com acompanhamento para o professor no começo montar junto com o monitor o curso”.

Por fim, apontamos que há necessidade não só do equipamento físico, mas de treinamento e de uma pedagogia diferenciada para uma realidade díspare da “cidade formal” para a qual a escola foi pensada. Parece-nos que sem estes passos continuaremos a ter a Tim Lopes como um oásis no meio do deserto que não será capaz de dar toda a contribuição que tem potencial para a emancipação do local.

Como conclusão geral afirmamos que o PAC por ser um dos mecanismos postos em ação para “driblar” uma crise econômica mundial, tinha, portanto caráter de urgência, impossibilitando maiores estudos na escolha dos territórios alvos da intervenção, por outro lado a escolha também foi viesada por fatores como visibilidade, ou seja, o PAC do Complexo do Alemão mesmo antes de chegar no local está marcado pelo não planejamento.

Referencias

Arendt, H. 1999. *Eichmman em Jerusalém*: Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras.

Braga, J. C. S. *Economia e Fetiche da Globalização Capitalista*. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo60.htm> [Acesso em out. 2014].

Egler, T.T.C., Oliveira, F. M. 2010. Jogo no Rio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. [Online]. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/255>. [Acesso em: Ago. 2014].

Egler, T.T.C. 1994. *Comunicação: gestão contemporânea da cidade*.

Gall, N. A festa do crédito e a economia mundial: Dinheiro, ganância, tecnologia. *Braudel Papers* [Online]. Disponível em: http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp43_pt.pdf [Acesso em nov. 2008].

Guttman, R. (2008). *Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças*. Novos Estudos - CEBRAP, (82), 11-33. Retrieved December 05, 2014. [Online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000300001&lng=en&tIng=pt.10.1590/S0101-33002008000300001.

Harvey, D. 2011. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo.

Jesus, I. R. D. & Pacheco, S.O. 2009. *Planejamento Estratégico Governamental – o caso do Governo do Estado do Rio de Janeiro*. [Online]. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/168946/DLFE-4937.pdf/PlanejamentoEstrategicoGovernamentalocasodoGovernoEstadoRioDeJaneiro.pdf>. [Acesso em nov. 2014].

Keynes, J. M. 1982. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Rio de Janeiro. Atlas.

Klink, J. & Denaldi R. *O plano diretor participativo e a produção social do espaço*. O caso de Santo André (São Paulo). [Online]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-382.htm>. [Acesso em out. 2014].

Minsky, 1982. H. Can “it” happen again? Essays on instability and finance. New York: M. E. Sharpe.

Randolph, R. *Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”*: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. [Online]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24517.htm> [Acesso em out. 2008].